CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER
19ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Local: Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador

Data: 30 de agosto de 2022

Tema: A importância da instituição do mês de visibilidade e ações para a promoção da saúde mental materna: Maio Furta-Cor

Componentes da Mesa: Vereadora Maria Marighella; Ana Vilela Mendes – Psicóloga com Doutorado em Saúde Mental pela Universidade de São Paulo (USP); Ceuci Nunes – Médica Infectologista e Coordenadora Nacional da Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia; Silvane Vasconcelos Brotto - Médica Pediatra pela Universidade Federal de São Paulo (USP); Sílvia Almeida - Assessora da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SPM); Yunna Bamberg – Psicóloga e Representante do serviço de Psicologia do Instituto de Perinatologia da Bahia (IPERBA).

1. INÍCIO DOS TRABALHOS

A audiência teve início às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta de agosto de dois mil e vinte e dois, quando se reuniu a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara Municipal de Salvador, com o objetivo de discutir a importância e aspectos relacionados à instituição do Mês de visibilidade e ações para a promoção da saúde mental materna: Maio Furta-Cor. A Vereadora Maria Marighella saudou todos os presentes e deu início aos trabalhos da audiência, realizando, na sequência, a chamada nominal das convidadas para compor a Mesa.

2. PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES DOS PRONUNCIAMENTOS

Após as saudações iniciais, a Vereadora Maria Marighella realizou um apanhado geral sobre a necessidade de sensibilização social para a questão da saúde mental materna.

Neste contexto, ressaltou o caráter multifacetado do ato de maternar na atualidade, fato que demanda uma atenção especial por parte do poder público e por todos os atores envolvidos nesta temática. Em seguida, narrou em linhas gerais, o histórico do surgimento da Campanha intitulada “Maio Furta-Cor”, que encabeça o movimento em discussão, bem como iniciativas legislativas correlatas ao tema no cenário nacional.

Dentro deste contexto, salientou que que a Pandemia do Covid-19 foi um fator de recrudescimento da precarização à qual se encontram submetidas as mulheres, especialmente no que tange à violência doméstica. Diante disto, pontuou a importância da instituição da presente audiência pública como instrumento de mobilização sobre a causa materna.

A fim de corroborar com as discussões, foram trazidas convidadas à participação, sendo primeiramente cedida a palavra a Silvane Vasconcelos Brotto, Médica Pediatra pela Universidade Federal de São Paulo (USP). A convidada saudou os demais presentes e iniciou sua fala enfatizando a importância da responsabilidade social e política que envolve o cuidado com a saúde mental materna. Neste contexto, chamou atenção para a romantização da maternidade como um fator que corrobora para a perpetuação do descaso da coletividade com as demandas psíquicas das mães, o que reforça a sensação de solidão e a invisibilidade que estas vivenciam em seu cotidiano. Como alternativa de enfrentamento a tais questões, sugeriu que o maternar tenha um viés promotor de saúde, a fim de que, a partir de ações que dêem voz à invisibilidade em discussão, a sociedade como um todo se engaje nesta luta.

Em sequência, a Presidente da Mesa passou a palavra a Ana Vilela Mendes, Psicóloga com Doutorado em Saúde Mental pela Universidade de São Paulo (USP). A convidada iniciou sua fala enfatizando a importância da Campanha “Maio Furta-Cor” como uma verdadeira lição de vida. Em seguida, apresentou dados estatísticos relacionados à mortalidade materna, esclarecendo que estas poderiam ser evitadas com a adoção de políticas públicas de suporte a este grupo. Neste sentido, pontuou a necessidade de que seja dada uma maior atenção aos fatores que impactam a saúde mental das mães e, consequentemente, de seus filhos, a fim de que sejam reduzidos os danos às suas existências.

Em prosseguimento, foi franqueada a palavra a Ceuci Nunes, Médica Infectologista e Coordenadora Nacional da Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia. A convidada iniciou sua participação saudando as demais componentes da Mesa, e em seguida, fez uma explanação sobre uma de suas linhas de atuação: o acompanhamento de gestantes portadoras da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (HIV-AIDS). Sobre os resultados observados durante esta experiência, percebeu que, devido a um ideal de amor romântico, as mulheres acabam por confiar em seus parceiros e permitir relações sexuais sem proteção. Este fato corrobora para a predominância da transmissão viral de homens para mulheres, fato que ilustra os desafios enfrentados por estas na sociedade brasileira.

Neste esteio, a infectologista ressaltou a necessidade de que as mulheres estejam inseridas em posições de poder no cenário legislativo, pois deste modo, ações e políticas afirmativas a elas direcionadas terão maior efetividade. Finalizou suas colocações se comprometendo a lutar por estas questões em âmbito baiano.

Dando prosseguimento ao debate, a Presidente da Mesa cedeu a palavra a Yunna Bamberg, Psicóloga e Representante do serviço de Psicologia do Instituto de Perinatologia da Bahia (IPERBA). A convidada iniciou sua participação discorrendo sobre as frentes de atuação do IPERBA, instituição que acolhe mulheres vindas de diversas partes do estado da Bahia, antes, durante e após o internamento. Sobre isto, esclareceu que o atendimento destas e de suas famílias é efetuado por demanda espontânea, já que há carência de profissionais em número suficiente para realização de busca ativa ante à alto fluxo advindo de abortos legais.

No que concerne às melhorias que deveriam ser implementadas para otimizar o processo de acolhimento, elencou as seguintes: aumento do espaço físico destinado ao centro obstétrico, com separação entre as alas destinadas a partos de nascidos vivos e aos abortos legais, com vistas à humanização da arquitetura e dos atendimentos. Finalizou suas colocações reforçando a necessidade de que a rede de enfrentamento contra o adoecimento mental materno seja composta não somente pela atuação da psicologia, mas por todos os ramos ligados à saúde pública.

Diante disto, a Presidente da Mesa lembrou a todos os presentes o caráter reiterado da violência contra a mulher no cenário brasileiro, fato que demanda urgência na luta pela promoção e manutenção dos direitos deste grupo.

Em continuidade, foi franqueada a palavra a Sílvia Almeida, Assessora da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SPM). A convidada iniciou sua participação saudando a instituição do mês de visibilidade da saúde mental materna, que traz à tona discussões associadas, como a relativa à violência obstétrica. Em seguida, enfatizou a invisibilidade da saúde mental de forma geral, salientando que há carência de ações preventivas neste sentido e que esta deve ser objeto de preocupação de toda a rede de saúde pública e da coletividade.

Neste esteio, pontuou a vinculação indissociável entre o adoecimento mental materno e a violência contra a mulher, ressaltando a falta de autonomia econômico-financeira como fator preponderante de agravamento dos problemas associados à temática em discussão. Finalizou sua fala salientando a necessidade de enfrentamento sistemático destas questões por parte de todos os envolvidos, com vistas à promoção de condições favorecedoras da saúde e do maternar sadio.

3. CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DA PLENÁRIA

A Presidente da Mesa franqueou a palavra para a participação do público. Dentre os diversos pronunciamentos que compuseram o debate, destacam-se os seguintes:

- A participante Tanila Amorim Glaeser, enfermeira obstetra, destacou a questão relativa à violência obstétrica como um problema de saúde pública, que por sua vez, envolve a necessidade de uma visão transdisciplinar que vise a ampliação do cuidado às pacientes, ainda durante o período gestacional. Neste sentido, enfatizou que, em grande parte dos casos, a opção das gestantes pelo parto domiciliar tem como intuito a fuga de situações que as exponham à violência em comento, fato que demanda um olhar sensível do poder público para esta temática.

- A participante Letícia Ferreira, assessora da Mandata “Pretas por Salvador” pontou a necessidade de que as dores que afligem as mulheres e mães sejam nominadas, pois segundo ela, o patriarcado tem incidido de forma brutal nestes grupos. Neste diapasão,

ressaltou a compulsoriedade da maternidade como uma característica inerente a este cenário, fato que acaba por ter consequências graves, como a ocorrência de abortos clandestinos e casos de violência obstétrica, bem como estigmatização das pacientes dentro dos serviços de saúde. Sob tal ótica, reforçou a importância da mobilização por parte de todos no que tange à defesa dos direitos das mulheres, especialmente das negras e oriundas de regiões periféricas, que perdem seus filhos para a violência. Em sede de sugestões, enfatizou que as maternidades devem ser visibilizadas em suas pluralidades, e para tanto, o poder público deve ser instado a colaborar neste sentido. Sobre este último, sinalizou uma necessidade de mudança nas políticas de creches da cidade de Salvador, com vistas à não-terceirização. Finalizou sua fala ressaltando o papel da Mandata “Pretas por Salvador” como agente promotora de luta pelos direitos e pela visibilidade de mães e mulheres.

- O participante Bruno Santana, representante do Coletivo Transbatukada, iniciou sua fala pontuando a importância de que seja dado às pautas em discussão um olhar transinclusivo, pois, em suas palavras, o processo gestacional não é exclusividade das mulheres *cisgênero*. Neste sentido, propôs como sugestão para os próximos debates o convite a pessoas transmasculinas, com o fito de promover a visibilidade destes atores sociais, sensibilizando a sociedade sobre a questão em comento. Finalizou sua participação se colocando à disposição para colaborar com a construção das ideias por ele elencadas.

- A participante Sandra Munõz, coordenadora da Casa Marielle Franco Brasil, narrou em linhas gerais o trabalho realizado pela instituição, que realiza o acolhimento de mulheres, bem como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, *queers*, intersexuais, assexuais e outros grupos e variações de sexualidade e gênero, que fogem da heterocisnormatividade (LGBTQIA+), em situação de violência. Em sede de sugestões, enfatizou a necessidade de fomento às políticas públicas de enfrentamento à questão, a fim de que mais mortes sejam evitadas, e pontuou a necessidade de que sejam revistos alguns pontos concernentes às políticas estaduais de proteção às mulheres.

4. ENCAMINHAMENTOS, CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Dando continuidade ao debate, foram elencados pela Presidente da Mesa os encaminhamentos a serem tomados após a audiência, quais sejam:

- A edil Maria Marighella, ao falar sobre a "*voucherização"* da educação infantil no cenário soteropolitano, reforçou que esta deve ser uma questão a ser analisada pelo poder público municipal, com o fito de que seja evitada a terceirização dos cuidados com as crianças e adolescentes. Sinalizou que a presente audiência pública deve servir como subsídio para a construção de ações com vistas a reivindicação pela instituição do Mês Municipal em Defesa da Saúde Mental Materna na cidade de Salvador, e neste sentido, conclamou os presentes a se juntarem à mobilização pela instituição deste marco temporal.

Em sede de considerações finais, a presidente da Mesa fez um apelo pelo preenchimento dos espaços de poder por mais mulheres, a fim de que as pautas a elas inerentes tenham maior visibilidade na consecução das políticas públicas, pois, segundo a edil, existem lacunas legislativas e literárias no que concerne à temática materna. Dentro deste contexto, saudou as parlamentares que colocaram suas maternidades como centro do debate político, pontuando ainda que a salvaguarda dos direitos sexuais e reprodutivos femininos não deve ser perdida de vista.

Nada mais havendo a tratar, com o consentimento dos presentes, a Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e deu por encerrado o encontro. Registre-se que a presente audiência pública foi transmitida pela TV Câmara.



Vereadora Maria Marighella
Membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher